



ARTIGO

A dimensão contemplativa do acesso à informação em uma coleção bibliográfica do século XIX a biblioteca do Barão de Guajará

Rubens da Silva Ferreira¹  <https://orcid.org/0000-0002-2739-1182>

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil / e-mail: rubenspa@yahoo.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a dimensão contemplativa do acesso à informação em uma coleção bibliográfica do século XIX: os livros da biblioteca do Barão de Guajará. Esta coleção atualmente pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e adquiriu o *status* de objeto de exposição (*expôit*). O estudo de caso é orientado pela discussão dos conceitos de acesso e comunicação, este último trabalhado na perspectiva museológica. Os dados qualitativos e quantitativos foram recolhidos entre março de 2018 e janeiro de 2020 na sede do IHGP. O estudo mostra que a passagem do *status* de biblioteca particular para o *status* de objeto de museu agrega valor à coleção bibliográfica. O novo *status* oferece aos visitantes outro tipo de experiência informacional, articulando os elementos livro, mobiliário, prédio e proprietário com a cultura, a história e a política no século XIX. Em conclusão, tem-se uma experiência estética e sensível que remete o observador a Belém Imperial com os seus modos de consumir a cultura impressa que escova das editoras e livrarias da França.

PALAVRAS-CHAVE

Livros. Exposições. Acesso à informação. Raiol, Domingos Antônio – 1830-1912.

The contemplative dimension of access to information in a 19th century bibliographic collection the Baron of Guajará's library

ABSTRACT

This work aims to analyze the contemplative dimension of access to information in a 19th century bibliographic collection: the books of the Baron of Guajará's library. Currently, this collection belongs to the Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Historical and Geographical Institute of Pará) (IHGP) and has acquired the status of exhibition object. The case study is guided by the discussion of the concepts of access and communication, the latter worked from a museological perspective. Both qualitative and quantitative data were collected between March 2018 and January 2020 at the IHGP headquarters. The study shows that the transition from private library status to museum object status adds value to bibliographic collection. The new status offers visitors another type of informational experience, thus articulating the books, the furniture, the building, as well as the owner with the culture, history, and politics of the 19th century. In conclusion, there is an aesthetic and sensory experience that

brings the observer to Imperial Belém with its ways of consuming the printed culture that alludes to publishers and bookstores of France.

KEYWORDS

Books. Exhibitions. Access to information. Raiol, Domingos Antônio – 1830-1912.



JITA: BG. Information dissemination and diffusion.

1 INTRODUÇÃO

Nos cursos de Biblioteconomia, a disciplina História do Livro e das Bibliotecas desempenha papel seminal no processo de constituição da identidade profissional dos (as) bibliotecários (as). Ela é uma das primeiras a fornecer o contato dos (as) estudantes ingressantes com os aspectos históricos, sociais e culturais da profissão, bem como a compreensão do surgimento e evolução do livro, da instituição biblioteca e do bibliotecário (FERREIRA, 2016). Além disso, essa disciplina oferece a possibilidade de discussão e de estudo sobre temas como coleções raras e especiais custodiadas por bibliotecas de grande, médio e pequeno porte, públicas ou privadas, abrindo, assim, um campo de possibilidades investigativas em que podem ser incluídas as bibliotecas particulares de pessoas célebres, como a que pertenceu ao Barão de Guajará, aqui analisada.

Os estudos sobre bibliotecas de pessoas célebres ainda são incipientes e estão abertos a investigações em diferentes campos do conhecimento. Ao menos dois trabalhos consistentes do gênero são conhecidos, ambos com tradução para a língua portuguesa. Um deles é o livro de Timothy Ryback (2009), publicado pela Companhia das Letras. Trata-se de um estudo sobre a biblioteca de Adolf Hitler, ou do que restou dos 1200 volumes que estavam distribuídos nas residências do líder nazista em Munique, em Berlim e em Obersalzberg. Atualmente os itens remanescentes dessa coleção estão sob a custódia da *Library of Congress*, em Washington, D.C, EUA.

Outra obra conhecida sobre bibliotecas particulares é o livro de Sonu Shamdasani (2012), editado pela Editora Vozes. Nesse livro, Sonu dirige o interesse para a biblioteca que pertenceu a Carl Gustav Jung. Ela repetidamente aparecia nos sonhos do psiquiatra suíço, apresentando-se com “[...] volumes infólio, encadernados em pele de porco [...], enfeitados com gravuras em cobre de característica estranha e ilustrações que continham símbolos curiosos [...]” (RYBACK, 2009, p. 7). Quer na obra de Ryback, quer no livro de Shamdasani, a questão central reside em compreender o papel das bibliotecas na vida e na formação intelectual dos proprietários. Esses aspectos também podem aparecer no estudo da biblioteca do Barão de Guajará, muito embora eles não sejam o foco da discussão aqui proposta.

Feitas estas considerações iniciais, o objetivo deste estudo consiste em analisar a biblioteca do Barão de Guajará custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, doravante IHGP. A análise proposta é orientada pela discussão da experiência do acesso à informação mediado pela sensibilidade e pela curiosidade dos visitantes, elementos esses que são requisitados quando do contato humano com as exposições promovidas pelas instituições de memória, sobretudo pelos museus, em seu modo particular de educar e de difundir conhecimento.

Na contemporaneidade, o acesso à informação é uma palavra-chave importante não apenas para instituições como bibliotecas, arquivos e museus, mas sobretudo para a sociedade. Conforme analisam Carvalho e Kaniski (2000), as transformações ocorridas na base da produção econômica das sociedades ocidentais a partir do final dos anos de 1960, que marcaram a passagem do industrialismo ao pós-industrialismo, repercutiram também no fazer bibliotecário. No bojo desse processo econômico, político e cultural, o desenvolvimento da informática e das telecomunicações abriu caminho para se pensar as coleções bibliográficas para além da custódia nas bibliotecas, de modo que o acesso aos conteúdos (informações) impôs uma mudança não somente nas técnicas, mas também nas práticas e na forma de pensar a Biblioteconomia. Desde então o foco na formação profissional vem sendo discutido para além da técnica, procurando também contemplar competências e habilidades necessárias às

estratégias e às garantias do acesso à informação para a sociedade nos diferentes meios e suportes disponíveis.

Diante de uma nova realidade reorientada do estoque para o acesso, ao lado do conceito de livro, biblioteca e bibliotecário, o conceito de informação passou a ocupar lugar de destaque no discurso e nas práticas bibliotecárias na passagem do século XX para o século XXI. No campo da Biblioteconomia, esse conceito já esteve fortemente associado à dimensão material da informação que se expressa nos diferentes registros do conhecimento. Entretanto, o reconhecimento de que a informação é imaterial por natureza, portanto, transferível, adaptável e acessível em diferentes formas e meios vem atualizando as práticas bibliotecárias.

Nos anos de 1990 as discussões em torno do acesso ganharam força no terreno da Ciência e repercutiram nas bibliotecas, especialmente nas universitárias, sobretudo em função dos custos anuais para a manutenção das assinaturas dos periódicos científicos no apoio à pesquisa. Então a emergência de uma filosofia do acesso aberto ou livre à informação – que tem seu marco na Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative*) – estimulou e impulsiona cada vez mais o uso da Internet e de tecnologias para a publicação de revistas e a para a criação de repositórios digitais. Estratégias desse tipo têm como princípio fundamental o acesso livre e gratuito ao conhecimento científico. Logo, criar condições por dentro e por fora da Internet para que os usuários possam satisfazer necessidades informacionais de estudo, de trabalho ou de lazer tornou-se atividade de primeira ordem nas bibliotecas, sejam elas de natureza pública ou privada, física ou digital.

Assim, antes de tratar da coleção de livros do Barão de Guajará em si, importa tratar sobre a metodologia utilizada neste estudo para, na sequência, contextualizar essa biblioteca do século XIX em relação ao antigo proprietário e à edificação que, de residência, passou a funcionar como sede do IHGP, e que recentemente vem adquirindo reconhecimento como atrativo turístico pela beleza arquitetônica do prédio construído no Centro Histórico de Belém. Em seguida, o foco do trabalho será dirigido à coleção do Barão de Guajará em seu potencial informacional como objeto de exposição.

| 4

2 METODOLOGIA

Este estudo resulta de projeto de pesquisa que desenvolve análises das ações expositivas em bibliotecas públicas. Embora o IHGP possua uma biblioteca que não se enquadra no conceito de biblioteca pública, expresso pela *International Federation of Library Associations – IFLA*¹, a coleção bibliográfica do Barão de Guajará constitui um objeto de estudo pertinente à reflexão do livro na interface biblioteca/museu, precisamente pelo fato de que esse artefato de cultura humana pode ser convertido temporária ou definitivamente em objeto de exposição (*expôt*), ajustando-se, deste modo, ao interesse do projeto de pesquisa.

Quanto à natureza, o estudo foi orientado pela abordagem quali-quantitativa que, para Greene, Kreider e Mayer (2015, p. 322) vai além do caráter numérico e narrativo, permitindo ao pesquisador contemplar o “[...] contexto como um elemento parcialmente constitutivo do fenômeno [...]”. Têm-se, assim, dados quantitativos sobre os elementos bibliográficos e o estado de conservação dos livros que compõem a biblioteca do Barão de Guajará, e dados qualitativos provenientes das observações espontâneas das visitas recebidas pelo IHGP, bem

¹ O termo *biblioteca* aplicado aos impressos que pertenceram ao Barão de Guajará é usado aqui com o sentido de “coleção de livros”. Para conhecer o complexo conceito de biblioteca associado à oferta de serviços, ver o *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Pública 1994*, disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

como das conversas informais mantidas com os monitores envolvidos em projeto de extensão, ou, que realizam estágio nesse Instituto. Em conjunto, esses dois tipos de dados se interrelacionam à biografia do Barão, à trajetória do IHGP, às origens da coleção e ao contexto histórico do Pará e do Brasil na segunda metade do XIX e início do século XX.

Quanto ao tipo de pesquisa, tem-se um estudo de caso conduzido sobre a biblioteca do Barão de Guajará custodiada pelo IHGP, utilizando como unidade de análise a dimensão contemplativa oferecida pelo conjunto desses livros (YIN, 2015). Do uso original de meio de leitura, de recurso de lazer e de instrução da família Raiol, esses livros passaram pelo devir *item de biblioteca a objeto de museu*. Com efeito, a dimensão contemplativa agora em evidência permite compreender o acesso à informação mediado de outro modo, ou seja, mobilizando os elementos sensoriais e a capacidade imaginativa das pessoas que visitam a sede do IHGP.

Os dados foram recolhidos entre março de 2018 e janeiro de 2020 na sede do IHGP. Os dados de natureza quantitativa foram registrados em planilhas eletrônicas do *software* Excel, que integra o pacote *Office* da *Microsoft*. Das unidades bibliográficas da coleção tomada como caso foram obtidos os seguintes dados: autoria; título; editor; ano; assunto; idioma; marcas do proprietário; e estado de conservação. Pelo caráter quantitativo desse material, os dados foram organizados em tabelas para efeito de análise e visualização.

Por sua vez, os dados de natureza qualitativa foram registrados na forma de notas produzidas sobre as observações das visitas turísticas recebidas pelo IHGP durante o período de estudo, e também dos diálogos espontâneos mantido com os monitores sobre as verbalizações e as reações dos visitantes, precisamente quanto ao Solar e à sala em que se encontra hoje a biblioteca do Barão de Guajará.

Tanto os dados de natureza quantitativa quanto os de natureza qualitativa foram analisados à luz da literatura mobilizada na pesquisa para compreender o potencial informacional da biblioteca do Barão de Guajará na experiência contemplativa oferecida aos visitantes pelo IHGP. Assim, com base na literatura, importa destacar os conceitos centrais que auxiliam a análise produzida neste estudo, a saber:

a) acesso: no sentido etimológico, o termo acesso significa “chegada, ingresso” (CUNHA, 2010, p. 7). Em Biblioteconomia, acesso corresponde, entre outras possibilidades semânticas, ao recurso ou ao meio pelo qual os usuários podem encontrar documentos ou informações (CAVALANTI; CUNHA, 2008). No contexto deste estudo, acesso é trabalhado em sentido *lato*, isto é, como a oportunidade e os meios necessários para o contato humano com a informação em suas diferentes manifestações, seja para consumo individual ou coletivo, seja na dimensão material (forma documento) ou imaterial (a informação em si, independente do suporte). O acesso não deve ser confundido com a ideia de posse nem com o direito à cópia. Trata-se mais da possibilidade de experienciar a informação de diferentes formas, mobilizando diferentes sentidos, seja de maneira presencial ou remota;

b) biblioteca-museu: esse termo aparece em artigo de Ana Virginia Pinheiro (2019). Quando a autora pergunta se o livro raro é algo que se lê (item de biblioteca) ou algo que se vê (item de museu), a resposta depende do contexto e do sentido do termo “leitura”. Isto é, se o livro raro está disponível para consulta nas bibliotecas segundo normas de uso específicas, servindo à leitura da palavra escrita, ou se foi elevado à condição de artefato da cultura humana de uma determinada época, sendo por isto, preservado e exibido para uma *leitura contemplativa*, ou *uma leitura de mundo* como ensina Freire (1989). Deste modo, de acordo com Pinheiro (2019, não paginado), o termo biblioteca-museu associado ao conceito de livros raros adquire forma em um espaço de “curiosidades”, no qual o “[...] conjunto amealhado revela-se e desvela-se,

continuamente, sem se repetir, exposto; e a cada novo olhar uma nova forma de significação evidencia-se, perceptível, transcendendo o sentido de livro de biblioteca [...]”. Ele comporta um híbrido: de um lado, tem-se a materialidade da criação intelectual e artística humanas, expressa no limite das palavras registradas em um suporte destinado à instrução ou ao entretenimento (o item de biblioteca); do outro lado, tem-se a estética e a história expressas pelos materiais e pelas técnicas de fabrico, elementos indissociáveis do contexto social, histórico e econômico, bem como da biografia do autor, do editor, do comerciante e do proprietário, elementos esses capazes de satisfazer as curiosidades do observador (o item de museu);

c) disseminação da informação: atividade comum na rotina de trabalho em unidades de informação como bibliotecas. Segundo Cavalcanti e Cunha (2008, p 130), o termo corresponde à “[...] difusão de informações ou documentos distribuídos a pessoas ou entidades, a partir de um ponto central de armazenamento [...]”. Neste estudo, esse ponto central de referência corresponde ao próprio IHGP, que também dispõem de um *website* institucional para, entre outras coisas, dar visibilidade às atividades abertas ao público;

d) coleção: trabalha-se aqui em sentido restrito como conjunto de livros, ou, no dizer de Faria e Pericão (2008, p. 175), como “[...] conjunto de peças da mesma natureza selecionadas por razões de raridade, singularidade [assunto] ou beleza, constituído por um organismo [ou pessoa], juntas e classificadas, com finalidades instrutivas, utilitárias ou recreativas [...]”;

e) comunicação: ao lado da pesquisa, a comunicação corresponde à terceira função dos museus. Como explicam Desvallés e Mairesse (2013, p. 35), em sentido museológico, “[...] a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas) [...]”. Essa definição encontra-se em consonância com o *status* atualmente adquirido pela coleção bibliográfica do Barão de Guajará. Não estando mais disponíveis para leitura, os livros se tornaram objeto de contemplação por meio da atividade expositiva promovida pelo IHGP;

f) contemplação: com base no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha (2010, p.175), entende-se a contemplação como a ação de “[...] olhar, observar, atenta ou embevecidamente [...]”. Conforme Barbosa (2008), a contemplação medeia a relação entre a obra de arte e a beleza, operando uma leitura estética sensível, semelhante à leitura de um poema. Assim, partilha-se aqui do entendimento da autora de que a experiência contemplativa tem o poder de gerar conhecimento no observador, graças às informações acessadas pela visão, e também por outros sentidos, pois, como se sabe, pessoas cegas captam o mundo de outra forma. Em particular, o ato contemplativo realizado pelo olhar permite ao observador captar diferentes estímulos (cor, forma, textura, etc.) mentalmente submetidos a processos racionais, emocionais, subjetivos e imaginativos para a produção de sentido sobre os objetos em exposição. Assim, na experiência da visita (acesso) aos museus, a contemplação exerce papel fundamental na operação da relação entre o objeto observado e a produção de significado (informação);

g) exposição: na Museologia, a exposição integra a terceira função dos museus: a pesquisa e a comunicação. Conforme Desvallés e Mairesse (2013, p. 42), esse termo

se refere “[...] tanto ao conjunto de coisas de naturezas variadas e formas distintas, expostas ao público, quanto às próprias coisas expostas e ao lugar onde acontece essa manifestação [...]”. Em linhas gerais, pode-se afirmar que toda atividade expositiva é uma atividade promotora do acesso à informação ao viabilizar o encontro dos visitantes com os objetos;

h) informação: de acordo com Capurro e Hjørland (2007), em *Ciência da Informação* a informação é trabalhada como conhecimento comunicado, pressupondo algum tipo de registro, processamento e recuperação. No campo da arte, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 203, grifo meu) ensinam que a informação “[...] pode ser veiculada tanto através de imagens como por meio de **palavras**, pode ter a forma de figuras, podendo ser estáticas ou em movimento, através de **livros**, periódicos ou manuscritos. Inclui a representação de trabalhos de arte e textos sobre esses trabalhos, compreende, também, quaisquer informações que possam ser utilizadas para a criação de trabalhos de arte ou **que auxiliem a compreensão de um determinado contexto desses trabalhos [...]**”;

i) livro: em Faria e Pericão (2008, p. 458), entre as diferentes definições de livro, considerando também seus diferentes suportes na atualidade, têm-se “[...] obra, científica ou literária, que forma ou pode formar um volume [...]. O livro supõe um suporte, signos, um processo de inscrição; um significado. Integra-se num processo de criação, reprodução, distribuição, conservação e comunicação [...]”;

j) livro raro: às vezes também designado como “obra rara”. Segundo Faria e Pericão (2008, p. 469), o livro é “[...] assim designado por ser o detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico, papel, ilustrações) [...]”; livro que se destina apenas aos curiosos; livro precioso; livro reservado; obra rara; cimélio [...]”. Os livros da biblioteca do Barão de Guajará podem ser qualificados como raros por vários critérios, entre eles, pelo fato de terem pertencido a uma personalidade histórica local, por possuírem dedicatórias de nomes importantes da sociedade local e por serem exemplares de algumas das primeiras edições produzidas no século XIX, entre outros critérios.

Uma vez tratada a orientação metodológica e conceitual deste estudo, na parte seguinte são apresentados e discutidos os dados levantados sobre a coleção constitutiva da biblioteca do Barão de Guajará.

3 O SOLAR, O BARÃO, O IHGP

O Solar do Barão de Guajará está localizado no Centro Histórico de Belém, que compreende os bairros da Campina e da Cidade Velha (Fotografia 1). Trata-se de uma área protegida pela Lei municipal n. 7.709/94 (BELÉM, 1994) e pelo Decreto-Lei n. 25/37 (BRASIL, 1937), contendo edificações que também foram tombadas pela Lei estadual n. 5.629/90 (PARÁ, 1990). O prédio tem a fachada voltada para a Praça Dom Pedro II e avizinha-se de outros atrativos turísticos protegidos em diferentes instâncias governamentais. Nas cercanias, tem-se a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, a feira do Ver-o-Peso, o Mercado Francisco Bolonha, o Mercado de Ferro, o Palácio Lauro Sodré, o Palácio Antônio Lemos, a Catedral da Sé, o Palácio Episcopal, o Forte do Presépio e a Casa das Onze Janelas. Ainda próximo, tem-se o complexo Estação das Docas, uma construção moderna localizada às margens da Baía de Guajará, que se destaca pela arquitetura erigida em ferro e vidro no final do século XIX. Em conjunto, esses atrativos turísticos representantes da velha e da nova

arquitetura em Belém formam uma rota de acesso à história e à cultura local, não só do interesse dos turistas, mas também dos belenenses.

Fotografia 1. Vista da fachada do Solar do Barão de Guajará, a sede do IHGP



Créditos: Rubens Ferreira, 2020.

De acordo com Albernaz e Lima (1998), as edificações denominadas *solar* ou *casa solarenga* correspondem a um tipo de residência ampla, de refinado acabamento, que servia como casa de campo das famílias de posse. Costa (2014, não paginado) recua no tempo, apresentando o solar como “[...] a sede originária da família feudal [...]”. Em particular, o Solar do Barão de Guajará não reproduz a suntuosidade das residências do gênero conhecidas no Brasil da primeira metade do século XIX, a exemplo do que se tinha nos bairros da Tijuca e de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro; mesmo assim, ele se destacava na paisagem da cidade pela beleza arquitetônica incomum para os padrões da época (CRUZ, 1963, 1971; ALBERNAZ; LIMA, 1998). Além disso, em suas peculiaridades, a edificação se ajustava bem ao clima tropical de Belém, tais eram as áreas amplas e confortáveis projetadas para os moradores.

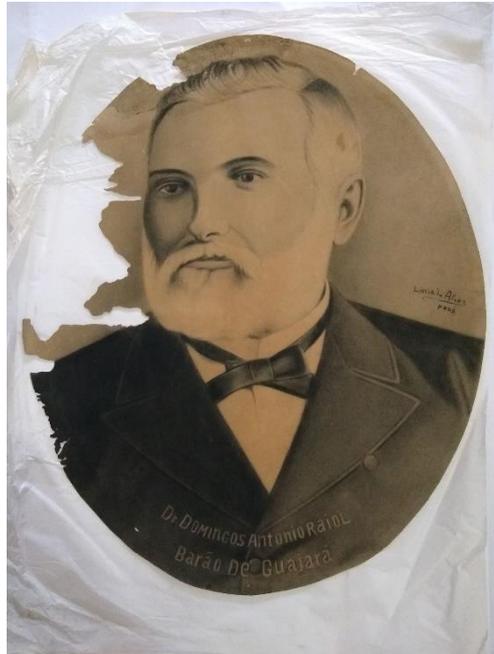
Como *locus* do estudo, registra-se que o Solar do Barão de Guajará é um bem tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) em 1943². Originalmente o casarão serviu de residência da família de Antônio de Lacerda Chermont, o Visconde de Arary. Essa edificação foi adquirida pelos pais do Visconde em 1838, por meio de Hasta Pública. Posteriormente, o Solar serviu como residência de Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará.

Domingos Antônio Raiol (Fotografia 2) vivenciou a passagem do Brasil Imperial ao Brasil Republicano. Filho de Pedro Antônio Raiol e de Archangela Maria da Costa Raiol, ele nasceu na cidade de Vigia, Pará, no dia 30 de março de 1830, e faleceu em 27 de outubro de 1912. A perda do pai ocorreu muito cedo, aos cinco anos de idade. Conforme Silva (1870) e Lima (2011), Domingos Raiol concluiu os estudos secundários no Lyceu Paraense (hoje Colégio Estadual Paes de Carvalho) em 1849. Em seguida, ele viajou para estudar Direito na Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda, Pernambuco. Uma vez diplomado, Domingos Raiol se mudou para a cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de adquirir experiência profissional, retornando a Belém em 1856 para então abrir o próprio escritório de

² Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

advocacia. O conhecimento das leis rendeu a ele posições de prestígio. Foi assim que, em 1857, o governo imperial designou Domingos Raiol para exercer as funções de Procurador Fiscal da Tesouraria e Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional.

Fotografia 2. O Barão de Guajará em ftopintura de Lúcia L. Alves



Fonte: Acervo do IHGP. Créditos: Rubens Ferreira, 2019.

O casamento de Domingos Raiol com D. Maria Victoria Pereira de Chermont (1834-1925), filha do Tenente-Coronel do Exército José de Olympio Pereira de Castilho Feio e de D. Mariana Margarida de Michaela de Lacerda Chermont, aconteceu em 18 de fevereiro de 1871 (SILVA, 1870; FERREIRA, 1994; LIMA, 2011; MIRANDA, 2016). Dessa união nasceram três filhos: dois homens, Pedro Pereira de Chermont Raiol (1871-1947) e José Pereira de Chermont Raiol (1873-1925); e uma menina, Amélia Pereira Chermont Raiol, falecida em 28 de julho de 1877, decorridos onze dias do nascimento. Os filhos obtiveram o bacharelado em Direito. Pedro Raiol seguiu os passos do pai na vida política³, tornando-se deputado no Congresso Legislativo do Estado. José Raiol migrou para Paris após ter exercido a magistratura em Vigia. Da França ele retornou à cidade natal onde viveu até a morte, em 1925.

Domingos Raiol foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o nobiliárquico de Barão de Guajará aos 53 anos de idade. A honraria aconteceu em 3 de março de 1883, às expensas de cinco mil réis de taxa pública e setecentos e cinquenta mil réis pela aquisição do selo imperial (FERREIRA, 1994; LIMA, 2011). Importa esclarecer que o pagamento desses valores não significou a compra do título, pois era o soberano quem escolhia entre aqueles que mereciam recebê-lo. Ainda sobre esse nobiliárquico, Costa (2014) ensina que, em uma escala hierárquica, o título de barão era da ordem do quinto grau, sendo concedido aos homens eleitos da confiança do monarca, seja como forma de obter apoio político dos latifundiários, seja como estratégia adotada para compensar as “perdas” de escravos dos senhores. Enquanto os títulos de duque, marquês, conde e visconde surgiram no século IX, no contexto do Império Carolíngio, o título de barão surgiu a partir do século XIII, durante a Baixa Idade Média.

³ Além de Deputado na Assembleia Provincial pelo Partido Liberal, Domingos Antônio Raiol também foi nomeado presidente das províncias das Alagoas (1882), do Ceará (1882) e de São Paulo (1883).

Inicialmente o termo barão era uma variante para a palavra germânica “varão”, tendo o sentido de guerreiro, de homem livre, ou de “homem do rei”.

O Barão de Guajará não foi somente leitor das obras literárias e científicas incorporadas à biblioteca dele. Para Cruz (1968) e Rêgo (1971), ele foi um escritor dedicado à consulta dos documentos que deixou a sua contribuição à história local. Entre os escritos publicados pelo Barão de Guajará, têm-se: *Historia dos acontecimentos políticos da província do Grão Pará, desde que adoptou o systema da independencia até o dia 5 de Novembro de 1823* (1823); *Historia breve dos acontecimentos políticos do Pará, desde a gloriosa epocha da sua independencia politica em 1823 até Setembro de 1831* (1831); *O Brasil politico* (1858); *Abertura do Amazonas: extracto dos debates no parlamento brasileiro acerca do projecto de lei sobre a abertura do rio Amazonas a navegação e ao comercio do mundo* (1867); *Um capitulo de historia colonial do Pará* (1894, 1895); *Visoes do crepúsculo* (1898); *Juizo critico sobre as obras litterarias de Felipe Patroni* (1900), publicado originalmente no jornal *Província do Pará* e, posteriormente, no volume 1, número 3 da *Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Pará*; e a monografia *A catechese de índios no Pará*, escrita em 1902 e publicada no tomo II dos *Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará*. O Barão de Guajará também foi colaborador dos jornais *Diario de Belém*, *O Liberal*, *A Província do Pará*, *Diário de Notícias* e *Diário do Gram-Pará*, bem como da *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, *Magazine Ilustrado* e da *Revista Amazonica*.

Sem sombra de dúvidas, entre os escritos do Barão de Guajará existe uma obra que se tornou leitura obrigatória para os estudos sobre a Cabanagem: *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Essa obra densa, organizada em cinco volumes, foi escrita ao longo de anos e impressa em diferentes tipografias brasileiras. Conforme registra Rocque (1968), o volume um veio a público em 1865 pela Tipografia do Imperial Instituto Artístico, no Rio de Janeiro. O volume dois foi publicado em São Luís pela Tipografia Bellarmino de Mattos, em 1868. Em 1883 foi impresso o terceiro volume pela Tipografia Hamburgueza do Lobão, no Rio de Janeiro, também responsável pela publicação do quarto volume, em 1884. O último volume foi produzido em Belém pela Livraria Tavares Cardoso, em 1890. De acordo com Lima (2011), *Motins políticos* forneceu o passe de acesso do Barão de Guajará ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1866, na condição de sócio correspondente.

Em maio de 1900 o Barão de Guajará integrou a comissão responsável pela criação do Instituto Historico Geographico e Ethnografico do Pará (FUNDAÇÃO..., 1900). O projeto dessa entidade teve início em 1898, no contexto preparatório das comemorações do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil. Sob a presidência de Gentil Bittencourt, vice-governador do Pará, a comissão também contou com a participação do Barão de Marajó, João Antônio Luiz Coelho, Américo Marques de Santa Roda, Manoel Baena, João Lúcio de Azevedo, Bernardino Pinto Marques, Emílio Goeldi, Arthur Lemos, Samuel Wallace MacDowell, Justo Chermont, cônego João Ferreira Muniz, Henrique Santa Rosa e Arthur Vianna. Na reunião promovida no salão nobre da Biblioteca Pública no dia 20 de abril, e que contou com a participação de convidados civis, eclesiásticos e militares foi deliberado que para o período de 3 de maio de 1900 a 3 de maio de 1901, a presidência do Instituto seria assumida pelo Barão de Guajará.

Após ser fundado, o Instituto Historico Geographico e Ethnografico do Pará teve vida breve, chegando a lançar três números de sua revista. Em 6 de março de 1917 ele foi reformulado, surgindo como uma nova entidade, agora rebatizada para Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) (MUNIZ, 1917). Durante muitos anos os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Academia Paraense de Letras, até que, em 1942, Pedro Raiol vendeu o antigo Solar da família com os bens móveis e a biblioteca à Prefeitura Municipal de Belém

(PMB). No ano seguinte, o prefeito Alberto Engelhard doou o prédio ao IHGP por meio do Decreto n. 168, de 10 de novembro de 1943 (MELO, 1952-1965); porém, antes da ocupação, reformas foram necessárias.

Sobre as intervenções realizadas no Solar do Barão de Guajará, agora sede do IHGP, Trindade (1995) comenta que uma das primeiras reformas de que se tem notícia ocorreu nos anos de 1940. Nas décadas de 1960-1980 novas restaurações foram levadas a cabo. A última reforma foi executada na primeira década deste século, por meio do Programa Monumenta do Ministério da Cultura (MinC). As obras foram iniciadas em 2009 e se estenderam para muito além do prazo de finalização, previsto para 2010. Esse atraso se deu em função das dificuldades no rapasse dos recursos necessários à conclusão das obras (FARAON, 2010)⁴. Foi por empenho da atual gestão⁵ em sua capacidade de articulação que o IHGP abriu as portas à sociedade em 2018 sob o lema “IHGP, um novo tempo”. Desde então a entidade vem promovendo seções abertas de estudos, oferecendo visitas monitoradas, realizando eventos culturais e oportunizando estágio curricular e projetos de extensão a estudantes de diferentes cursos de graduação das universidades em Belém.

4 VISITANDO A BIBLIOTECA DO BARÃO, CONHECENDO UMA COLEÇÃO PELO OLHAR E PELO OUVIR

A coleção bibliográfica analisada compreende um volume expressivo de unidades impressas ainda em processo de inventariamento. Trindade (1995) informa que, em 1942, o Solar do Barão de Guajará foi vendido à Prefeitura Municipal de Belém (PMB) com uma biblioteca composta de 1000 volumes que tratavam sobre temas da história regional e do ciclo regencial. Com as sucessivas reformas realizadas no Solar após a transferência da posse para o IHGP, é possível que parte dos livros da biblioteca do Barão de Guajará tenha sido perdida, sobretudo pela ação humana. Essa hipótese é levantada pela quantidade de exemplares identificados em projeto de extensão⁶, contabilizando aproximadamente 600 livros.

Em estudo realizado por Trindade (1995, p. 16), tem-se um registro da indignação de Ernesto Cruz – historiador e sócio efetivo do IHGP – ao deparar-se com a falta de cuidado dos trabalhadores durante uma das reformas:

revoltei-me com o que os meus olhos viram: operários de picareta na mão destruindo, arrancando à força bruta, os azulejos clássicos que enfeitavam e ainda enfeitam a parede do fundo do pátio do Solar. Mande imediatamente suspender a obra inconcebível, e comuniquei o fato criminoso ao Sr. Prefeito de Belém.

Assim, é de se supor que essa mesma falta de cuidados para com as paredes revestidas de azulejos portugueses também tenha sido dada às coleções de livros custodiadas pelo IHGP, todas elas retiradas das prateleiras das estantes e guardadas aleatoriamente em caixas de papelão. Isto fez com que os impressos da coleção do Barão de Guajará e da Biblioteca José Veríssimo⁷ se misturassem, até que pudessem ser distinguidos por meio de um trabalho cuidadoso de prospecção bibliográfica.

⁴ Conforme informação verbal fornecida pela Presidente do IHGP, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2018, na sede do Instituto.

⁵ A gestão atual do IHGP está a cargo de Anaíza Vergolino (Presidente) e de José Maia Bezerra Neto (Vice-Presidente).

⁶ O projeto de extensão “Raridades bibliográficas do IHGP: uma ação extensionista para a coleção do Barão de Guajará”.

⁷ Trata-se da biblioteca do IHGP. Em sua estrutura, o Instituto também abriga um museu e um arquivo.

Dos exemplares já identificados e inventariados da biblioteca do Barão de Guajará foram recolhidos dados de um total de 222 livros. A parte majoritária deles está encadernada com capa em meio couro (99%) e uma parte menor em percalux (1%). Como coleção orgânica composta por publicações que tratam sobre diferentes assuntos, em diferentes idiomas, adquiridas nas livrarias então existentes em Belém ou durante as viagens realizadas pela família Raiol no Brasil e no exterior, cada uma das unidades impressas compartilha um traço comum: a presença de assinaturas nas páginas de rosto. Elas foram produzidas com tinta bistre e com tinta ferrogálica, ambas de uso comum no século XIX. Enquanto traços da primeira tinta são reconhecidos pelas letras de cor acastanhada clara, os da segunda são identificados pelos danos provocados nas páginas de rosto pela reação do sulfato de ferro à umidade do ar. Entre as assinaturas presentes, têm-se a do Barão de Guajará e a de Pedro Raiol, sendo o registro do nome do primogênito o mais frequente nas publicações. A obra *O Primeiro Reinado estudado a luz da sciencia ou a Revolução de 7 de abril de 1831, justificada pelo direito e pela historia*, escrita por Luiz Francisco da Veiga em 1877 é um dos poucos livros assinados pelo Barão de Guajará. Já o livro *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*, escrito em 1995 por José Coelho de Gama Abreu, o Barão de Marajó, traz uma particularidade: as assinaturas do filho mais velho e do pai, “Pedro Raiol [e] Barão de Guajará”. Esse registro surge como uma espécie de demonstração da admiração do primogênito pelo pai, representando também a ligação sanguínea e afetiva entre ambos.

Conceitualmente, a biblioteca do Barão de Guajará pode ser entendida como uma coleção de obras raras. Isto é possível porque o conjunto dos impressos ajusta-se bem ao critério “características dos exemplares” (SANT’ANA, 2001, p. 10), ou seja, por ter pertencido a uma personalidade histórica que deixou sua marca pessoal nas publicações⁸, bem como pelas dedicatórias registradas em alguns dos exemplares presenteados ao Barão. Todavia, o IHGP ainda precisa formalizar esse entendimento na elaboração de suas políticas de desenvolvimento de coleções e de conservação, principalmente como estratégia de captação de recursos para investimento nessa biblioteca *sui generis*.

Atualmente, a biblioteca do Barão de Guajará está disposta em quatro estantes de jacarandá (*J. mimosifolia*) acondicionadas em uma sala no segundo pavimento (Fotografia 3). De acordo com Trindade (1995), originalmente a biblioteca funcionava no terceiro pavimento, em sala que dispunha de sacada com duas janelas. Essa abertura da sala para a rua oferecia aos leitores domésticos, aos hóspedes e aos frequentadores do Solar uma bela vista da cidade de Belém.

⁸ Não apenas o Barão de Guajará se destaca como personalidade local importante, mas também o filho, Pedro Raiol, que exerceu mandato legislativo no estado do Pará. A assinatura dele também é um critério a ser levado em conta na atribuição de raridade aos livros da biblioteca do Barão, sobretudo porque é o filho mais velho quem assina a maioria dos livros, prática essa que não fazia parte dos hábitos do pai no trato da biblioteca.

Fotografia 3. Vista da sala do IHGP que atualmente abriga a biblioteca do Barão de Guajará



Créditos: Rubens Ferreira, 2020.

No que diz respeito aos assuntos presentes na biblioteca do Barão de Guajará, o estudo mostra que eles são bastante diversos, indo para além da história regional e do ciclo regencial apontados por Trindade (1995). Em geral, esses assuntos podem ser representados pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), conforme mostra a Tabela 1. Embora possam ser encontradas publicações escritas em diferentes áreas do conhecimento, nota-se que, ao lado dos livros de História e Geografia, a Literatura representa uma parte importante da coleção bibliográfica do Barão de Guajará. Esse dado revela o papel da leitura no espaço doméstico no século XIX, então consistindo no principal recurso de produção de subjetividade. Neste sentido, na biblioteca do Barão de Guajará é possível encontrar obras clássicas da literatura que caíram no gosto das elites europeias, como: as crônicas da vida portuguesa escritas por José Duarte Ramalho Ortigão em *As farpas*; romances célebres como *Madame Bovary*, escrito por Gustave Flaubert (1896), em uma edição que contém a descrição do julgamento e da absolvição do autor nos anos de 1850; e a nona edição de *Anna Karénine* (1899), escrita por Léon Tolstói.

| 13

Tabela 1 – A coleção bibliográfica do Barão de Guajará distribuída por assunto.

Assunto	Quantidade	%
100 – Filosofia	15	6,76
200 – Religião	1	0,46
300 – Ciências sociais	28	12,61
400 – Línguas	2	0,90
500 – Ciências e Matemática	1	0,46
700 – Arte e Lazer	3	1,35
800 – Literatura	84	37,83
900 – História e Geografia	88	39,63
Total	222	100

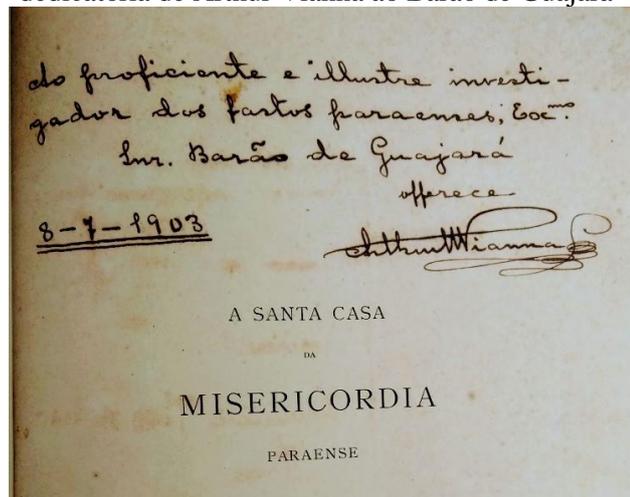
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O Barão de Guajará, a esposa e os filhos respiraram os ares da *Belle-Époque* não apenas nas ruas de Belém, mas também dentro do Solar em que viveram. No espaço familiar, o clima artístico e intelectual europeu era dado pelos objetos decorativos e pelos livros escritos em francês, a língua da diplomacia internacional então em voga. Dos itens analisados da coleção bibliográfica do Barão, 168 livros (76%) são escritos em francês, 51 (23%) em português e três (1%) em inglês. De acordo com Larêdo (2007), a Belém do século XIX tinha Paris como

referência de cultura e modo de vida. Em razão disso, os escritos em francês eram os preferidos das famílias abastadas em detrimento às publicações nativas.

Larêdo (2007) destaca que até os dias hoje os autores locais encontram dificuldades de aceitação entre os leitores paraenses. Contudo, cabe destacar que no século XIX esse cenário de recusa à produção literária em língua portuguesa afetava todo o país, de forma que os autores encontravam obstáculos na publicação, na aceitação e na comercialização dos livros em uma sociedade que, segundo Lajolo e Zilberman (2009), contava com mais de 70% de uma população não alfabetizada. Para muitos autores, escrever ainda não era uma profissão, mas a realização da autoexpressão. Em face desse contexto, há de se compreender os poucos livros escritos por autores locais presentes na coleção do Barão de Guajará. Entre eles, cabe citar *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas* (1895), já mencionado, e *A Santa Casa da Misericórdia Paraense* (1902), escrito por Arthur Vianna e apresentado ao Barão com a seguinte dedicatória: “Ao proficiente e ilustre investi-/gador dos factos paraenses. Ex.^{mo} / Snr. Barão de Guajará / oferece / 8-7-1903 / Arthur Vianna” (Fotografia 4).

Fotografia 4. Detalhe da página de rosto de *A Santa Casa da Misericórdia Paraense*, em que se vê a dedicatória de Arthur Vianna ao Barão de Guajará



Fonte: Acervo do IHGP, coleção do Barão de Guajará.
Créditos: Rubens Ferreira, 2019.

Em relação ao estado de conservação, com base em Paglione (2017) podem ser destacadas algumas observações sobre a biblioteca em estudo. Do total de livros, 55 unidades (17,9%) estão em bom estado de conservação. A maior parte das obras apresenta manchas (44,1%) em função da umidade relativa do ar em Belém, que alcança índices médios anuais de 85,2%. Têm-se também exemplares com foxing (49%), ataques de insetos (22%), migração ácida (2,7%), e, nas situações mais críticas, livros sem condições de manuseio (1,4%), quer pelas páginas de fibras quebradiças, quer pelo mofo. No estado em que se encontram, os livros que compõem a biblioteca do Barão de Guajará ajustam-se melhor à contemplação pelos visitantes do que ao contato físico para fins de leitura. Com efeito, a opção pela exposição corresponde a uma estratégia de benefício duplo, com vistas à preservação do suporte físico e à garantia do acesso à informação. Acesso esse viabilizado de um modo não mais focado na leitura da palavra escrita, mas conduzido pelo olhar sensível sobre os detalhes das encadernações, do mobiliário e da ambiência do prédio, tudo isso acrescido pela escuta das informações orais fornecidas pelos monitores durante as visitas.

As visitas monitoradas ao prédio do IHGP iniciaram em março de 2018. Elas têm sido viabilizadas por meio do programa de extensão da Faculdade de Turismo (FACTOR) da

Universidade Federal do Pará (UFPA), contando com a participação de bolsista da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e de estudantes voluntários (NUNES; BARROS; NASCIMENTO, 2018)⁹. Essa iniciativa surgiu do desejo de instalar um centro de visitação no Solar do Barão de Guajará, a fim de consolidar esse bem cultural como um atrativo turístico na capital paraense.

Nas visitas abertas ao público de segunda à sexta-feira as pessoas são recepcionadas e guiadas pelos monitores em um circuito que compreende as instalações do pavimento térreo e do pavimento superior do Solar. Enquanto se deslocam, os visitantes recebem informações orais sobre a biografia do Barão de Guajará, sobre a história e as características arquitetônicas do prédio, sobre o mobiliário e sobre a biblioteca. Em meio à dinâmica de perguntas e respostas, os visitantes entram em contato com um tipo de conhecimento informal que articula e contextualiza informações sobre o Solar, sobre Domingos Antônio Raiol, sobre a biblioteca do Barão e sobre a Belém da *Belle Époque*.

Os visitantes também são levados a conhecer a sala que atualmente abriga a Biblioteca do Barão de Guajará (Fotografia 5). Como *expôt*, isto é, com conjunto de objetos expostos à vista do público (POULOT, 2013), os livros contêm elementos externos sujeitos à percepção visual. Esses elementos são dados pelas características das encadernações, pelas cores presentes nas capas, pelas dimensões físicas dos impressos, pelo (s) nome (s) do (s) autor (es) e título impresso na lombada, pelas encadernações e pelas características tipográficas que permitem identificar os livros como parte de uma coleção, assim como pelos aspectos mais evidentes e às vezes superficiais do estado de conservação dos exemplares. O idioma das publicações e os assuntos sugeridos pelos títulos também fornecem aos visitantes uma ideia das preferências de leitura do Barão de Guajará.

Fotografia 5. Visitantes conhecendo a biblioteca do Barão de Guajará



Créditos: Rubens Ferreira, 2020.

A visitação à biblioteca do Barão do Guajará corresponde a uma experiência contemplativa que se dá pela percepção estética da coleção como obra de arte; portanto, como algo capaz de alterar a bagagem infocognitiva do observador atento a cada detalhe (dado) que, sensorialmente captado, analisado e contextualizado no terreno das subjetividades dos visitantes se converte em informação.

Tanto a visualidade da coleção bibliográfica quanto a ambiência do espaço no qual ela se encontra fornecem aos visitantes uma informação sensível e contextualizada. Sensível porque ela depende da maturidade estética e da curiosidade de cada pessoa para contemplar os livros em seus detalhes mais perceptíveis aos olhos (encadernação, volume, idioma, título e autor). E contextualizada porque a coleção está relacionada a Domingos Antônio Raiol, o Barão

⁹ O programa de extensão “Centro de Visitação em Espaços de Interesse Turístico: Solar Barão do Guajará”.

de Guajará, personalidade local que deixou seu nome na historiografia do país ao escrever *Motins Políticos*.

Ao se pensar a disseminação da informação, Vieira (2014) diz que ela pode ser realizada de diferentes formas, inclusive pelas exposições promovidas em unidades de informação como bibliotecas, arquivos e museus. Nesse tipo ação desenvolvida para promover o amplo acesso à informação tem-se um processo duplo de comunicação (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013), a saber: (1) a comunicação como atividade de apresentação dos resultados da pesquisa, disseminada na forma de artigos, catálogos, conferências, pôsteres e da exposição em si; e (2) a comunicação como possibilidade de interação entre monitores e visitantes pelas trocas informacionais processadas sobre os objetos em exposição.

A interação entre visitantes e monitores viabiliza um processo de aprendizado mútuo. De um lado estão os monitores realizando estudos prévios sobre o Barão, a história de Belém, o IHGP, o Solar e sobre os objetos em si. Do outro lado estão os visitantes realizando perguntas, normalmente movidos pela curiosidade e pela dúvida em relação às informações que recebem, ou pelo que as impressões sobre o prédio, os móveis, os objetos decorativos e os livros sugerem sobre os hábitos e os gostos dos antigos moradores. E quando as perguntas escapam ao repertório de informações dos monitores, eles são estimulados a buscar respostas nas fontes impressas e digitais disponíveis sobre o Solar e o IHGP, preparando-se para situações futuras. Esse processo de *perguntar, responder e aprender* sobre o passado – ou mesmo sobre as projeções para o futuro – está na base da dinâmica informacional de toda atividade expositiva.

Não faltam curiosidades bibliográficas na coleção do Barão de Guajará, mas identificá-las depende muito do nível de conhecimento dos visitantes sobre os impressos do século XIX e início do século XX. Daí o papel dos monitores na mediação da informação ao tornarem conhecido o que está oculto aos olhos do observador. Uma dessas curiosidades é a obra *La femme criminelle et la prostituée*, escrita por Cesare Lombroso e pelo genro, Guglielmo Ferrero, publicado em 1896 pela respeitada editora de Félix Alcan. A ideia de Lombroso sobre a relação entre os traços morfológicos (e psíquicos) dos indivíduos e a delinquência está representada em 13 pranchas, algumas delas reunindo retratos de mulheres alemãs, francesas, italianas, polonesas e russas que viviam de renda obtida na prostituição (Fotografia 6).

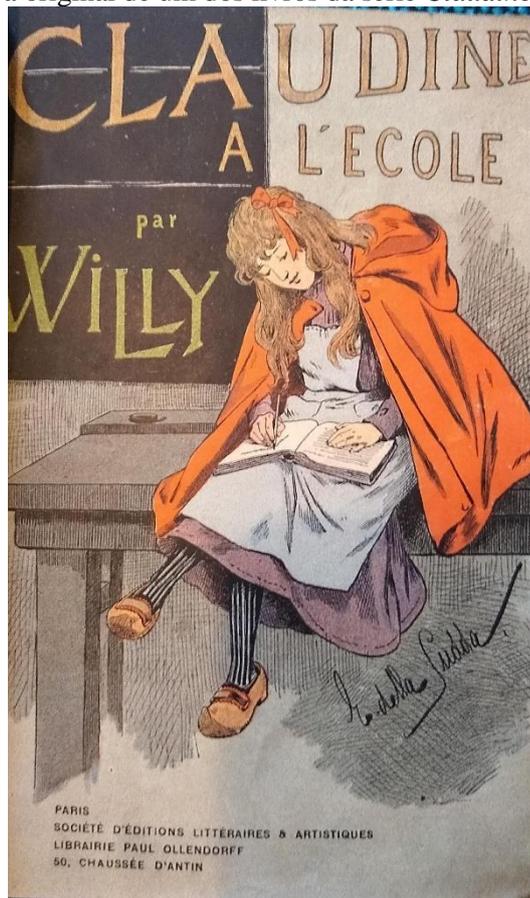
Fotografia 6. Prancha com fotografias de mulheres estudadas por Lombroso e Ferrero no século XIX



Fonte: Acervo do IHGP, coleção do Barão de Guajará. Créditos: Rubens Ferreira, 2020.

Na coleção bibliográfica do Barão de Guajará existem alguns dos títulos de livros escritos por Gabrielle Colette. Colette, como ficou conhecida, foi autora de obras de ficção que se tornaram populares na França, no início do século XX. Casada com Henry Gauthier-Villars ela foi forçada a escrever livros cuja autoria foi assumida pelo marido. Em meio à coleção já identificada do Barão de Guajará constam quatro publicações reconhecidamente da autoria de Colette: *Claudine à l'école* (99ª edição); *Claudine à Paris* (101ª edição); *Claudine en ménage* (55ª edição); e *L'ingénue libertine* (7ª edição). A julgar pela carga sensual do conteúdo dos livros de Colette, que narravam a vida apaixonada e picante da personagem Claudine, é provável que eles tenham sido adquiridos *por* ou *para* os filhos do Barão, então jovens adultos mais afins a esse tipo de literatura que provocava os costumes da sociedade francesa da época. Desse conjunto de livros, o destaque é dado à conservação das capas originais produzidas pela editora de Paul Ollendorff. Essas capas foram confeccionadas em papel cartonado maleável para baratear o preço dos livros. Todas elas contêm a assinatura do artista responsável pelas ilustrações (Fotografia 7). Por esses e por outros títulos, sabe-se que o Barão de Guajará tinha por hábito encomendar a encadernação dos livros de sua biblioteca doméstica em capa dura a fim de conservá-los. Feito esse bem-sucedido, que permite que eles sejam estudados e contemplados nos dias de hoje.

Fotografia 7. Capa original de um dos livros da série *Claudine*, escrita por Colette



Fonte: Acervo do IHGP, coleção do Barão de Guajará. Créditos: Rubens Ferreira, 2020.

Embora grande parte dos livros da Biblioteca do Barão de Guajará tenha sido editada na França, alguns títulos foram adquiridos em livrarias brasileiras, tal como indicam os selos e os carimbos presentes na segunda capa de alguns exemplares (Fotografia 8). Esses elementos

trazem informações como nome, endereço, telefone e marca comercial da livraria, fornecendo registros das viagens do Barão pelo país. Em Recife (PE), alguns títulos foram adquiridos na *Livraria Economica* (Rua 15 de Novembro, n. 73), na *Livraria Franceza* (Rua 1º de Março, n. 9) e na *Livraria Contemporanea* (Rua 1º de Março, n. 2). Segundo Machado (2008) elas eram famosas e bem frequentadas. Em Belém, alguns livros da biblioteca do Barão de Guajará foram comprados na *Livraria Classica* (Rua Conselheiro João Alfredo, n. 59) e na *Agencia Martins, Centro de Jornaes e Publicações* (Travessa Campos Salles, n. 15).

Fotografia 8. Selos e carimbo de algumas livrarias de Belém no século XIX



Fonte: Acervo do IHGP, coleção do Barão de Guajará. Créditos: Rubens Ferreira, 2019.

Entre os títulos da coleção ainda não inventariados é possível que parte deles tenha sido adquirida na *Livraria Universal* (Rua Conselheiro João Alfredo, n. 50), que pertenceu a Tavares Cardoso. De acordo com Machado (2008, p. 83), entre as casas que comercializavam e/ou editavam livros em Belém, a *Universal* (Figura 10) foi “[...] a primeira livraria digna deste nome [...]”, representando o progresso alcançado pela capital paraense durante a fase próspera do ciclo da borracha.

Fotografia 9. O requinte da *Livraria Universal* que pertenceu a Tavares Cardoso



Fonte: Pará. *O município de Belém*, 1909.

Como se vê, o deslocamento do estatuto de item de biblioteca para o de objeto do museu resultou em uma mudança na dimensão do acesso à informação na coleção bibliográfica do Barão de Guajará. Isto não significa dizer que houve uma perda no acesso, mas uma reconfiguração quanto ao modo como as pessoas que visitam o IHGP passam a ter contato com os impressos¹⁰. Atualmente, esse contato está deslocado da experiência tátil – do tocar para ler página a página – para a experiência contemplativa: do observar para perceber os detalhes e, assim, conhecer as características dessa coleção em suas particularidades bibliológicas. Deste modo, como *expôt*, o acesso às informações contidas nos livros que pertenceram ao Barão de Guajará é orientado por uma relação do tipo visitante/objeto, centrada na leitura estética e sensível dos detalhes que se apresentam aos olhos como a coleção de livros de uma personalidade local. Leitura essa agora ampliada, que se estende para além da escrita diagramada nas páginas dos impressos, uma vez que se associa ao contexto biográfico, social, histórico e cultural que se conecta à biblioteca de Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará.

| 19

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou produzir um conhecimento sobre a coleção bibliográfica do Barão de Guajará convertida em objeto de museu. Nesta direção, tornou-se necessário compreender a dinâmica do acesso à informação expressa em obras que já não estão mais disponíveis para a leitura da palavra escrita. Pelo valor histórico, cultural e institucional que possui, e pelo estado

¹⁰ Em relação ao acesso à dimensão textual da informação, importa dizer que parte dos exemplares da biblioteca do Barão de Guajará pode ser encontrada em formato digital em diferentes sítios disponíveis na Internet como: o do projeto *Gallica*, desenvolvido pela *Bibliothèque nationale de France*; o do projeto Gutenberg, nos EUA; e do projeto da Biblioteca Digital do Senado Federal, no Brasil.

de conservação em que se encontra, a coleção que pertenceu ao Barão de Guajará só pode ser acessada no presente por meio da contemplação.

Em seu conjunto, os livros da biblioteca do Barão de Guajará foram analisados na perspectiva de uma função que está para além do seu caráter original, isto é, evoluindo de uma biblioteca que serviu às necessidades de leitura do patriarca da família Raiol, para o *status* de objeto de contemplação estética, agora permitindo aos locais e aos turistas que se dirigem ao IHGP conhecerem um pouco sobre os modos de ser, de viver e de consumir cultura na Belém do século XIX.

Precisamente em relação às informações comunicadas nas visitas ao Solar e à biblioteca do Barão de Guajará, entende-se que elas oferecem aos visitantes a possibilidade de produção de um conhecimento sensível e complexo, à medida que contextualiza e articula os elementos livro, mobiliário, prédio e proprietário com a cultura, a história, a política local e nacional. Tal como ocorre nas exposições que exibem objetos de um passado não vivido pelos visitantes, as informações comunicadas pelo contato visual com os impressos e/ou pelos monitores remetem o observador a Belém do final do Império, quando a formação intelectual das elites dependia fortemente da produção editorial europeia, especialmente das tipografias francesas.

Em sentido mais geral, o olhar produzido sobre a coleção bibliográfica do Barão de Guajará permitiu compreender também que independente do tipo, as bibliotecas possuem em seus acervos um enorme potencial informativo a ser explorado. Potencial esse que ultrapassa o cotidiano do que é tecnicamente processado pelas equipes bibliotecárias para fins de empréstimo ou de consulta dos quais resultam os amontoados de anotações e cópias produzidos pelos usuários. Assim, cabe às equipes pensarem em estratégias capazes de atrair a atenção da comunidade que atendem de outras formas, quiçá oferecendo o acesso à informação estocada nos acervos pela experiência da contemplação das curiosidades autorais, técnicas, materiais, estéticas, históricas e culturais que justifiquem a montagem de exposições permanentes ou temporárias. Quando essas experiências são oportunizadas aos usuários, as bibliotecas são elevadas ao *status* de biblioteca-museu, ou seja, instituições promotoras do acesso à informação pelo que pode ser lido (objeto de biblioteca) e pelo que pode ser consumido pelo olhar curioso do observador (objeto de museu).¹¹

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ; Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998. V. 2.

BARBOSA, Luiza Toledo Souza Miranda. **Experiência estética contemplativa, um caminho alternativo para se atingir o sagrado**. 2008. Monografia (Curso de Psicologia) –

¹¹ Tal qual a Biblioteca Nacional (BN), a Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (MA), é um exemplo emblemático de biblioteca-museu no Brasil. O eficiente serviço de visita guiada conduz os moradores e os turistas por um circuito composto pelas instalações e pelos acervos desse charmoso prédio histórico erguido no centro da cidade. No salão principal de leitura há um expositor pelo qual podem ser contempladas algumas das obras dos autores locais de expressão na literatura, na história e na política. As fotografias dispostas nas paredes e os objetos distribuídos na biblioteca estão identificados por etiquetas com legendas suficientemente informativas para os visitantes. Como ocorre no encontro entre os visitantes e os objetos nos museus, ir à Biblioteca Pública Benedito Leite para ler, para estudar ou para pesquisar também oferece aos usuários a oportunidade do encontro com a história e com a pulsante cultura maranhense.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18738>. Acesso em: 8 fev. 2020.

BELÉM. **Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, 1994. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Coletâneas de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 99-107.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3>. Acesso em: 8 fev. 2020.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.

COSTA, Antonio Luiz M. C. **Títulos de nobreza e hierarquia**: um guia sobre as graduações sociais na história. São Paulo: Draco, 2014.

CRUZ, Ernesto. **As edificações de Belém**: 1783-1911. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção história do Pará. Série Arthur Vianna).

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**: volume 2. Belém: Universidade do Pará; Departamento de Imprensa Nacional, 1963. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. 4 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. Comunicação. *In*: DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. p. 35-37. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Raimunda Goretti de Lima. **Biblioteca do Barão de Guajará**: uma pequena história bibliográfica. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

FERREIRA, Rubens da Silva. A experiência docente no ensino de história do livro e das bibliotecas na Universidade Federal do Pará (UFPA). **Informação & Informação**, Londrina,

v. 21, n. 1, p. 573-594, jun. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/17384>. Acesso em: 24 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

FUNDAÇÃO do Instituto. **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Pará**, Belém, v. 1, p. 1-3. 1900. Disponível em:

<http://ihgp.net.br/principal/index.php/documentos/category/366-Per%C3%ADodo-%201900>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GREENE, Jennifer; KREIDER, Holly; MAYER, Ellen. Combinação de métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cath (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 331-340.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. 3. reimp. São Paulo: Ática, 2009. (Série Temas, Literatura brasileira; v. 8.).

LARÊDO, Salomão. **Raymundo de Moraes na planície do esquecimento**. 2007.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Mestrado em Letras, Belém, 2007.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Motins políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB. **Almanack**, Guarulhos, n. 1, p. 88-104, jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332011000100088&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 jun. 2020.

MACHADO, Ubiratan. **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MELO, Aláudio de Oliveira. Recordando uma instituição cultural. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 1, p. 27-30, 1952-1965. Disponível em:

<http://ihgp.net.br/principal/index.php/documentos/category/369-Per%C3%ADodo-%201939-%201970>. Acesso em: 17 jul. 2020.

MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de. **A família Chermont:** memória histórica e genealógica. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2016.

MUNIZ, Palma. Acta da sessão de instalação do Instituto Historico e Geographico do Pará. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará**, Belém, v. 1, p. 1, 2. 1917.

Disponível em: <http://ihgp.net.br/principal/index.php/documentos/category/367-Per%C3%ADodo-%201917-1926>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NUNES, Jonathan Rodrigues; BARROS, Evelyn Cristina Castro; NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. Turismo no Centro Histórico de Belém: a experiência no Solar Barão do Guajará. **Caderno 4 Campos**, Belém, v. 1, p. 27-30, 2018.

PAGLIONE, Camila Zanon. **Glossário visual de conservação**: um guia de danos comuns em papéis e livros. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7332>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PARÁ. **Lei n. 5.629, de 20 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a preservação e a proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do estado do Pará. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_5.629_de_20_de_dezembro_de_1990.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

PARÁ. **O município de Belém**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909. (Relatório Antônio Lemos, v. 7). Disponível em: <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2013/10/03/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1908/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

PINHEIRO, Ana Virgínia. A biblioteca-museu do passado no presente, e o futuro do livro raro. **Revista Museu**, n. 18, maio. 2019. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2019/6566-a-biblioteca-museu-do-passado-no-presente-e-o-futuro-do-livro-raro.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RÊGO, Clóvis Moraes. Obras de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). **Revista de Cultura do Pará**, Belém, v. 1, n. 4, p. 123-136, 1971.

ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém: AMEL, 1968. V. 5.

RYBACK, Timothy. **A biblioteca esquecida de Hitler**: os livros que moldaram a vida do Führer. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Revista Online da Biblioteca Professor Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SHAMDASANI, Sonu. **C. G. Jung**: uma biografia em livros. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Innocencio Francisco da. Domingos Antonio Raiol. **Diccionario bibliographico portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Tomo 9. p. 136,137.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. **Solar Barão do Guajará**. Belém: Departamento de Arquitetura; UFPA, 1995. Mimeo.

VIEIRA, Ronaldo. Disseminação da informação. In: VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Niterói: Interciência, 2014. p. 199-201.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 05/08/2020 – Aprovado em: 01/09/2020 – Publicado em: 15/09/2020